

# PROJETO DE LEI N.º 4.168-A, DE 2024

(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. SARGENTO PORTUGAL).

#### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

# **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

#### SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:
  - Parecer do relator
  - Emenda oferecida pelo relator
  - Parecer da Comissão
  - Emenda adotada pela Comissão

# PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_, DE 2024 (Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

#### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

**Art. 2º** O art. 283 Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

"Art.	283.	 	 	 	 		
, ,, с,	200.	 	 	 	 	• • •	•

Pena - detenção, de um a **quatro** anos, se o fato não constitui crime mais grave.

§1º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra pessoa idosa ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso."

§2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



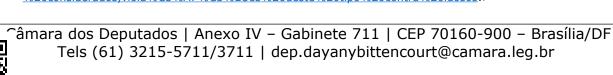
## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei busca reforçar a proteção de pessoas idosas e vulneráveis, aumentando a pena do delito e criando uma causa de aumento de pena para o crime de charlatanismo, previsto no Código Penal Brasileiro. O objetivo é punir de maneira mais severa aqueles que, de forma oportunista e criminosa, aproveitam-se da fragilidade dessas pessoas para praticar fraudes, especialmente em ambientes digitais.

O Brasil vem passando por um acelerado envelhecimento da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, o país terá mais idosos do que crianças até 2030. Isso reforça a necessidade de legislações mais protetivas para essa parcela da população, que é, infelizmente, alvo frequente de crimes, incluindo o charlatanismo. Em 2024, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos² já recebeu mais de 21 mil denúncias de violações contra idosos, com as mulheres representando a maioria das vítimas. Isso indica uma realidade alarmante, na qual fraudes e enganações são cometidas justamente contra aqueles que mais precisam de proteção e amparo.

O crime de charlatanismo, conforme definido no Código Penal, envolve práticas fraudulentas que têm como objetivo enganar as vítimas, fazendo-as acreditar em falsos tratamentos, curas ou soluções milagrosas. Este tipo de crime, quando praticado contra pessoas idosas ou vulneráveis, gera danos físicos, emocionais e financeiros profundos, além de agravar a condição de saúde e o bem-estar das vítimas. A gravidade desse delito justifica o aumento da pena em situações em que o autor se aproveita da vulnerabilidade da vítima.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Golpes pela internet aumentam contra população idosa, disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-06/golpes-pela-internet-aumentam-contra-populacao-idosa#:~:text=Golpes%20pela%20internet%20s%C3%A3o%20considerados,viola%C3%A7%C3%B5es%20deste%20tipo%20contra%20idosos.>



Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246829998700

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



¹ Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos, disponível: <a href="https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=Considerando%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20idosos,44%2C3%25)%20eram%20homens

Além disso, com o avanço da tecnologia e a popularização do uso da internet, redes sociais, aplicativos e ambientes digitais, o charlatanismo ganhou novos contornos. Fraudadores têm utilizado esses meios para alcançar um número ainda maior de vítimas³, muitas vezes com uma aparência de legitimidade e profissionalismo que dificulta a identificação imediata do crime. O crescimento do uso de plataformas digitais também torna essencial a adequação da legislação para punir de forma mais rigorosa aqueles que utilizam essas ferramentas para cometer ilícitos, ampliando o alcance e a velocidade de suas ações criminosas.

Portanto, este Projeto de Lei propõe o aumento de pena de um terço até o dobro para o crime de charlatanismo quando praticado contra pessoas idosas ou vulneráveis, levando em consideração a gravidade dos danos causados. Também se propõe o aumento da pena em casos em que o crime é praticado por meio de redes de computadores, redes sociais, aplicativos, jogos on-line ou qualquer outro meio digital, reconhecendo a facilidade com que esses meios permitem a propagação de fraudes.

Essa iniciativa é crucial para acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas que afetam a prática de crimes e visa oferecer maior segurança e justiça às vítimas. Ao elevar a pena, o Projeto de Lei transmite uma mensagem clara de que a sociedade não tolera a exploração de seus membros mais vulneráveis, sendo imperativo proteger os idosos e as pessoas em situação de fragilidade.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta matéria.

Gabinete Parlamentar, em 30 de outubro de 2024.

Deputada **DAYANY BITTENCOURT**UNIÃO/CE

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Disponível em: < https://www.tiktok.com/@gugafigueired0/video/7387825550825540869? \_r=1&\_t=8pImlaDgjll>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI N° 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868norma-pe.html

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

# PROJETO DE LEI Nº 4.168, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

**Autora:** Deputada DAYANY BITTENCOURT **Relator:** Deputado SARGENTO PORTUGAL

## I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.168, de 2024, de autoria da Deputada Dayany Bittencourt. O projeto de lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

Na justificativa, a autora do projeto destaca que o Brasil está passando por um processo de envelhecimento populacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2030, o número de idosos no Brasil superará o de crianças.

Diante desse cenário, justifica a autora, torna-se urgente a criação de legislações que protejam essa faixa etária, que frequentemente se torna alvo de fraudes e enganações.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

A proposta é sujeita à apreciação do Plenário conforme art. 24, II, "e", seu regime de tramitação é ordinário, conforme art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal - PODEMOS/RJ

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Tendo em vista o que dispõe o art. 32, inciso XXV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe à relatoria, no âmbito desta comissão, a apreciação do mérito da proposta, do ponto de vista da defesa dos direitos das pessoas idosas.

O Projeto de Lei em tela aumenta as penas para o crime de charlatanismo, especialmente quando este é direcionado a pessoas idosas ou em situação de vulnerabilidade.

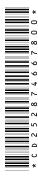
A justificativa para essa proposta evoca dados alarmantes: o Brasil está passando por um processo de envelhecimento populacional e, segundo dados do IBGE, até 2030, o número de idosos superará o de crianças. Diante desse cenário, torna-se urgente a criação de legislações que protejam essa faixa etária, que frequentemente se torna alvo de fraudes e enganações.

Em 2024, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos já registrou mais de 21 mil denúncias de violações contra pessoas idosas, o que evidencia a gravidade da situação. O charlatanismo, que se caracteriza por práticas fraudulentas que enganam as vítimas com promessas de tratamentos ou soluções milagrosas, causa danos profundos às pessoas afetadas, tanto em aspectos físicos quanto emocionais e financeiros.

O projeto propõe um aumento de pena que varia de um terço até o dobro para esses crimes, levando em consideração a vulnerabilidade das vítimas e a seriedade dos danos causados. Além disso, a proposta também abrange crimes cometidos por meio de plataformas digitais, reconhecendo que a tecnologia tem facilitado a propagação de fraudes, tornando a identificação dos criminosos uma tarefa ainda mais desafiadora.

Diante da relevância da matéria e com vistas a ampliar a proteção prevista, apresentamos uma emenda:





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal - PODEMOS/RJ

Emenda nº 1 (ampliação da proteção): altera a redação do projeto para incluir expressamente as pessoas com deficiência como grupo vulnerável sujeito à proteção da norma penal, estendendo as causas de aumento de pena aos crimes de charlatanismo cometidos contra esse público. Tal medida está alinhada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e visa garantir a isonomia na proteção das populações vulneráveis e ainda, acrescenta à pena prevista para os casos agravados a possibilidade de imposição de multa cumulativa.

Essa proposta legislativa não busca apenas punir os infratores de maneira mais rigorosa, mas também transmitir uma mensagem clara: a sociedade não tolera a exploração de seus membros mais vulneráveis, especialmente as pessoas idosas e com deficiência.

Em suma, a proposta reflete as mudanças sociais e tecnológicas que impactam a prática de crimes e visa proporcionar maior segurança e justiça às vítimas, especialmente aos idosos e pessoas com deficiência.

Ante todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.168, de 2024, com as Emendas nº 1.

Sala da Comissão, em de de 2025.

SARGENTO PORTUGAL

Deputado Federal – PODEMOS/RJ

Relator





# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

# **PROJETO DE LEI Nº 4.168, DE 2024**

(DA SRA. DAYANY BITTENĆOURT)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

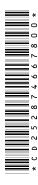
#### **EMENDA MODIFICATIVA Nº 1**

Dê-se ao art. 283 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Códig	<b>J</b> O
Penal), acrescido pelo projeto, a seguinte redação:	

"Art. 283						
Pena - detenção de um a constitui crime mais grave.	a quatro	anos e	multa	se o fa	ıto r	าลัด
§1º A pena aumenta-se de	1/3 (um	terço) a	o dobr	o, se o o	crim	e é
cometido contra pessoa	idosa,	pessoa	com	deficiên	cia	ou
vulnerável, considerada a re	elevância	do resul	tado gr	avoso."		
						"
(NR)						
				_		
Sala da Comissão, em	de		de 202	5.		

# SARGENTO PORTUGAL Deputado Federal – PODEMOS/RJ Relator





#### Câmara dos Deputados

#### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**PROJETO DE LEI Nº 4.168, DE 2024** 

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 4.168 /2024, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sargento Portugal.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Zé Silva - Presidente, Alexandre Lindenmeyer, Castro Neto, Geraldo Resende, Luiz Couto, Marcos Tavares, Miguel Lombardi, Ossesio Silva, Pastor Gil, Reimont, Sanderson, Sargento Portugal, Cleber Verde, Ricardo Abrão, Simone Marquetto e Weliton Prado.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2025.

Deputado ZÉ SILVA Presidente



# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

# EMENDA ADOTADA AO PROJETO DE LEI Nº 4.168, DE 2024

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causas de aumento de pena ao crime de charlatanismo.

#### **EMENDA MODIFICATIVA Nº 1**

Penal), acr	Dê-se ao art. 283 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembr rescido pelo projeto, a seguinte redação:	o de 1940 (Código
	"Art. 283	
	Pena - detenção de um a quatro anos e multa se o fato não o grave.	constitui crime mais
	§1º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime pessoa idosa, pessoa com deficiência ou vulnerável, considera resultado gravoso."	

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2025.

Deputado ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE/MG)
Presidente da CIDOSO



